

Um discurso que traça rumos

Seria lugar-comum dizer que o discurso com que o senador Fernando Henrique Cardoso se despediu do Senado, traçando suas metas de governo, foi uma fala de estadista. Mais apropriado talvez fosse dizer que S. Exa. proferiu um discurso como há muito não se ouvia não diremos no Senado, mas na Presidência da República. Talvez se pudesse dizer que às vezes pecou pelo tom professoral, embora se deva reconhecer que a análise que fez da evolução recente do País exigia que se lhe desse esse tratamento altaneiro, muitas vezes além da compreensão do homem simples que acompanhou sua exposição pelo rádio e TV.

Reconheça-se que é discurso de quem fez em 12 anos o longo aprendizado da política. O elogio ao Congresso é de praxe num regime democrático; as loas ao Senado, sob fogo cruzado da opinião pública, não são apenas a homenagem que presta à Casa que o acolheu com tanta simpatia e na qual soube impor suas qualidades e virtudes, mas também o aceno do futuro presidente à colaboração que reputa indispensável para levar a cabo as mudanças que pretende realizar na estrutura do Estado. Desse ponto de vista, é um discurso de extrema habilidade política, até mesmo de um grande realismo, que não afasta, muito pelo contrário, uma concepção idealista da política.

Aliás, o que distingue o discurso do senador Fernando Henrique Cardoso do dos demais políticos é essa associação entre o ideal e o que é

possível. Com certeza muitos dos que o ouviram se sentiram frustrados ao verificar que não atacou de frente o problema dos monopólios. O político sabe, como pôde observar ao longo dos trabalhos do Congresso Revisor, que este é tema que apenas impedirá a aprovação das outras reformas que reputa importantes. Por isso, propõe a flexibilização deles — palavra que, já dissemos, tem muitos significados e, se não for corretamente definida, pode constituir-se num empecilho para as transformações estruturais que S. Exa. diz pretender realizar. Um liberal moderno ficaria encantado com as colocações do futuro presidente sobre as tarefas que o Estado deve cumprir antes de mais nada, se não apenas elas: educação, segurança, saúde, sem descuidar de manter acesas as forças do mercado, que tanto os liberais modernos quanto o ex-senador Fernando Henrique Cardoso sabem poder conduzir à supressão da livre-concorrência, dada a própria natureza dos agentes econômicos, se não houver instituições voltadas a orientar a “mão invisível” para seu caminho correto. É por isso que a proposição relativa aos monopólios permite dupla interpretação: nem o fim deles, nem mesmo sua flexibilização foram colocados como exigência doutrinária, mas sim-



plesmente como imposição fiscal decorrente do esgotamento do modelo de Estado criado durante o que se chamou de Era Vargas.

Deixando de lado todos os aspectos corporativistas da Era Vargas que ainda persistem e sobre os quais politicamente silenciou — unicidade sindical, imposto sindical (depois da Constituição de 88, mais a contribuição sindical), Justiça do Trabalho classista —, o futuro presidente cuidou de sinalizar para os governadores de Estado como será a reforma tributária não centralizadora que reputa indispensável: não cuidará de retirar dos Estados o principal do que vivem, embora reputa necessário, para que a indústria brasileira possa ser competitiva, que os Estados abram mão de uma parte do ICMS que incide sobre as exportações. Deseja, na reforma que vai propor, fazer que haja uma correta redistribuição de encargos e atribuições; que a descentralização seja um fato e não uma mera palavra; que os municípios tenham de fato autonomia, responsabilidade e poder para exercer aquilo que se faz necessário para que os problemas locais sejam resolvidos localmente. Assim como fizemos reparos à não-menção do que permanece como legado da Era Vargas, não podemos nos furtar a opor algumas restri-

ções à importância que o futuro presidente empresta às Organizações Não-Governamentais, internacionais ou nacionais.

O que aos poucos se vem revelando sobre elas, especialmente as nacionais e sobre o pouco controle que institucionalmente se exerce sobre elas, obriga a meditar antes de entregar-lhes a tarefa imensa com que o presidente eleito acenou. Haverá os que oporão reservas à posição relativa à inserção da economia brasilei-

Apesar da fala do senador FHC merecer reparos, seu discurso aponta firmes diretrizes

ra no mundo global em que vivemos — portanto à taxa de câmbio. Ao afirmar, porém, a necessidade de uma legislação efetiva contra o dumping e ao prometer que as reformas do Estado permitirão a melhoria da infra-estrutura, o futuro presidente da República apontou os caminhos para a indústria criadas as condições infra-estruturais, dado o necessário apoio à Ciência e à Tecnologia, a taxa de câmbio não será dificuldade para a indústria brasileira. O lema é correto: exportar mais para importar mais. Estamos diante de uma agenda que só não é transformadora, como Fernando Henrique Cardoso reconheceu, porque já vem sendo posta em prática desde a administração anterior à do sr. Itamar Franco.